

Bastidores

Sei de nada

Reprodução



A exemplo dos antecessores Lula e Dilma, Temer aderiu à frase-lema do Brasil da corrupção: “Eu não sabia”. Inquirido sobre o inusitado de receber o multi-investigado Joesley Batista no Jaburu, Temer declarou: “Eu nem sabia que ele estava sendo investigado”. Tá... Esse tipo de desculpa será lembrado quando, no futuro, quiserem recordar a época em que o Brasil era regido pelo cinismo.

E o Bernal?

O Conselho Superior do MPE arquivou outro inquérito civil sobre suposta omissão do ex-prefeito Alcides Bernal (PP) quanto às indagações dos vereadores. Segundo o diário oficial do órgão, “o município de Campo Grande-MS, posteriormente, encaminhou ao Poder Legislativo as informações solicitadas, inexistindo dolo pelo atraso nas respostas apto a caracterizar ato de improbidade administrativa”. Tramitando na 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social, esta é a terceira investigação de improbidade administrativa por falta de diálogo com os vereadores de Campo Grande que é arquivada.

Olarte

A defesa do ex-prefeito Gilmar Olarte pediu à Justiça que o julgamento do processo da Operação Adna, sobre o “golpe do cheque em branco”, marcado para amanhã (24), seja adiado. Os advogados do ex-prefeito protocolaram documento informando que já tinham audiência agendada para este dia em uma ação sobre furto de gado que tramita na 2ª Vara Criminal de Campo Grande.

Vai atrasar

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, reconheceu que a crise política pode atrasar a tramitação da reforma da Previdência no Congresso em algumas semanas. A afirmação foi feita em conferência com investidores, por telefone, organizada pelo banco JPMorgan. Segundo a assessoria do ministro, Meirelles disse que continua trabalhando pela aprovação da proposta e que um eventual atraso não fará grande diferença porque o efeito da reforma no país é de longo prazo.

Trabalhista

O relator da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, senador Ricardo Ferraço, vai apresentar hoje o seu relatório favorável à proposta. Na semana passada, Ferraço afirmou que o calendário de análise da medida estava suspenso, mas decidiu mudar de posição. “Não podemos deixar de trabalhar por causa da crise do governo que é gravíssima.”

Lula

A força-tarefa da Operação Lava Jato denunciou mais uma vez o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva –desta vez, sob acusação de corrupção e lavagem de dinheiro no sítio de Atibaia (SP). Além de Lula, foram denunciadas outras 12 pessoas. Entre elas estão os empresários Emílio e Marcelo Odebrecht, da empreiteira Odebrecht; Leo Pinheiro, da OAS; o pecuarista José Carlos Bumlai; e o proprietário formal do sítio, Fernando Bittar. Segundo a denúncia, o ex-presidente se beneficiou de R\$ 1,02 milhão em benfeitorias no sítio, que era frequentado pelo petista e por seus familiares. As reformas teriam sido pagas pelas empreiteiras Odebrecht e OAS. A Odebrecht realizou a maior parte das obras no local, gastando R\$ 500 mil apenas em materiais.

Ausente

Pela terceira vez o prefeito Marquinhos Trad (PSD) falta a um evento oficial. Ontem, foi a vez da inauguração de uma UBSF.

“Aécio: meu filho está preso por causa de sua lealdade a você, seu primo. Ele tem um ótimo caráter, ao contrário de você, que acaba de demonstrar não ter.”

LAURO PACHECO DE MEDEIROS FILHO, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e pai do advogado Frederico Pacheco de Medeiros, preso na semana passada por buscar parte da propina acertada pelo primo com o dono da JBS

Colaboraram Victor Barone, Eduardo Coutinho e Alana Regina

Escândalo da JBS

Pedido de impeachment pode afastar Azambuja do cargo

Saul Schramm



Reinaldo Azambuja chegou a chorar ontem, durante a coletiva de imprensa para se explicar sobre acusações

Governador se defendeu e disse que verdade prevalecerá sobre a mentira

Eduardo Coutinho

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) pode afastar o governador Reinaldo Azambuja (PDSB) do cargo por 180 dias caso o processo de impeachment protocolado ontem pelo vereador Vinicius Siqueira –cujo partido (DEM) faz parte da base de apoio do governador no Legislativo estadual– avance na Assembleia Legislativa. O pedido tem como base a delação premiada do empresário Wesley Mendonça Batista, da JBS, divulgada na sexta-feira (19).

Em delação à PGR (Procuradoria-Geral da República), o executivo da JBS revelou a existência de repasses milionários ao governador em troca de benefícios fiscais. Segundo os delatores, Reinaldo recebeu R\$ 10 milhões como doação oficial para campanha eleitoral e mais R\$ 12 milhões que teriam sido repassados para o tucano por meio de notas frias. Desde 2015, o Governo Azambuja concedeu R\$ 1 bilhão em incentivos para o Grupo JBS.

As expectativas agora recaem sobre os deputados estaduais. O rito de impeachment no Estado é semelhante ao da ex-presidente Dilma Rousseff realizado pelo Congresso Nacional. Com impedimento de Azambuja protocolado na Assembleia, a Procuradoria-Geral da Casa vai analisar o pedido e encaminhar o parecer ao presidente Junior Mochi (PMDB). Caso tenha posição favorável será criada uma comissão especial para analisar as denúncias. Mais uma vez, caso aprovado pela comissão, o processo vai a plenário para votar a efetividade do pedido de impeachment.

É nesse ponto que a matemática pode favorecer o governador. De acordo com

a legislação, são necessários dois terços dos deputados para efetivar o processo de impeachment, ou seja, 16 dos 24 deputados estaduais. Caso nove parlamentares votem contrário, o pedido não avança. Apenas o PSDB conta com sete deputados, além de outros dois do PR, um do PSC e um do SD. Totalizando 11 parlamentares em seu bloco. O tucano ainda tem em sua base aliada o bloco do PMDB, composto por cinco deputados peemedebistas e um do PDT.

Quatro deputados do PT compõem a oposição: Amarildo Cruz, Cabo Almi, João Grandão e Pedro Kemp. E dois, Lídio Lopes (PEN) e Paulo Siufi (PMDB), se consideram independentes e podem votar contra o governador.

Além do processo de impeachment, há outra ameaça grave contra o governador tucano. Segundo o artigo 92 da Constituição Estadual, se o STJ aceitar denúncia com base nas delações da JBS, Azambuja se tornará réu e, automaticamente, será afastado do cargo pelo prazo de 180 dias. Se não houver julgamento nesse período, o governador volta a assumir o cargo.

Azambuja está em posição delicada em comparação aos demais governadores que o sucederam. É que até o mês passado, denúncias contra governadores no STJ só aconteciam com a concordância das Assembleias Legislativas. No início de maio, o STF decidiu que não compete aos deputados autorizarem investigações contra os governadores. Ontem, o ex-presidente da OAB-MS (Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul) Fábio Trad classificou como uma “grave incoerência” a decisão da Seccional Regional da Ordem de não se posicionar favoravelmente à abertura de processo de impeachment contra o governador Reinaldo Azambuja.

Segundo Trad, o Conselho Federal da OAB pediu abertura de processo de impeachment contra o presidente Michel Temer (PMDB) ao passo que a OAB-MS se esquivou da mesma postura em relação a Azambuja. Para Fábio Trad, o caso do governador sul-matodense é mais grave que o do presidente da República. “No caso de Azambuja os delatores mostraram documentos

e notas fiscais”, sustentou.

A OAB-MS aguarda documentos do STF antes de se manifestar. A entidade estadual também criou comissão para acompanhar o assunto, e que analisará “eventual responsabilização desses agentes públicos”.

Ontem, em coletiva à imprensa, o governador Reinaldo Azambuja chegou a chorar ao garantir que é inocente, e que responderá a todas as acusações dos delatores com documentos e provas. O governador disse que as delações foram provocadas por vingança por parte dos empresários da JBS, visto que o governo do Estado teria apertado as condições dos incentivos fiscais sobre a empresa, aumentando o valor dos impostos arrecadados sobre suas transações.

Azambuja deve ir hoje à Assembleia Legislativa. Ele quer se reunir com os deputados para responder a quaisquer questionamentos. O governador pretende, também, visitar o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e a OAB. “A verdade vai prevalecer sobre a mentira”, afirmou o governador.

Investigados

Parlamentares receberam mais de R\$ 107 milhões da JBS, segundo delação premiada

Victor Barone

Um em cada três integrantes do atual Congresso recebeu dinheiro do Grupo JBS na eleição de 2014, segundo planilha entregue pelos delatores à PGR (Procuradoria-Geral da República) e ao STF (Supremo Tribunal Federal). Juntos, quase 200 congressistas receberam mais de R\$ 107 milhões da empresa.

De acordo com os delatores, a maior parte dos recursos era propina, mesmo em casos de doação oficial registrada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Foram beneficiados pela JBS 167 deputados federais, de 19 partidos, e 28 senadores. Os valores são maiores, já que

nem todos foram identificados claramente no documento. Vários congressistas atribuem as doações aos seus partidos.

Na lista estão políticos que declararam legalmente o recebimento da contribuição à Justiça, mas também doações de caixa 2 e produto de corrupção, conforme os depoimentos de Joesley Batista e Ricardo Saud, presidente e diretor de Relações Institucionais da J&F. O documento não especifica, porém, a situação de cada político. Entre os nomes financiados pela JBS estão os dois da linha sucessória de Temer: os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Na bancada sul-mato-grossense, figuram na lista a senadora Simone Tebet (PMDB) e os deputados federais Te-reza Cristina (PSB), Luiz Henrique Mandetta (DEM), Dagoberto Nogueira (PDT), Geraldo Resende (PSDB), Carlos Marun (PMDB) e Elizeu Dionizio (SD).

Pelas contas da empresa, os deputados eleitos levaram R\$ 49 milhões e os senadores, R\$ 58 milhões. Os partidos que mais receberam foram o PSDB (R\$ 35,9 milhões), o PP (R\$ 20,4 milhões), o PT (R\$ 14,5 milhões), o PR (R\$ 8,5 milhões) e o PMDB (R\$ 8,5 milhões). A planilha também lista doações para 16 governadores, a ex-presi-

dente Dilma Rousseff e 179 deputados eleitos. O número de candidatos agraciados, porém, foi bem superior: 1.829 políticos receberam mais de R\$ 500 milhões.

Desse montante, a maior parte foi direcionada a nomes que perderam a eleição. É o caso, por exemplo, do senador Aécio Neves (PSDB-MG), o campeão de arrecadação da JBS entre os congressistas. Em 2014, ano em que chegou ao segundo turno na corrida ao Palácio do Planalto, o tucano levou R\$ 30,4 milhões da empresa. Reeleita, Dilma recebeu R\$ 78,3 milhões do grupo. Também há referência a doações para senadores que concorreram ao governo de seus estados.